

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (COMUS) Biênio 2023-2025.

Ao vigésimo quinto dia do mês de Março de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Municipal de Saúde. Constata-se a presença do Presidente do COMUS Srº Denis Eduardo dos Santos, da Diretora do Departamento de Vigilância Epidemiológica Adriana Amália Rodrigues Ribeiro e dos Conselheiros Marcos Domanski titular Comunidade Viver Livre, Priscila Pimentel titular ABENFO, Larissa Michel Gaya cirurgiã-dentista titular da Secretaria de Saúde, Bruno de Oliveira Lopes Diretor de Enfermagem do Hospital Municipal Ruth Cardoso titular da Secretaria de Saúde, Bianca Araújo Aita Diretora Técnico-Administrativa titular da Secretaria de Saúde, Valdir de Andrade titular Lions Clube Balneário Camboriú Centro, Thaís Regina Uhlig titular UNIAVAN, Schaiany Boeno titular APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Camboriú, Marcelo Abimael da Costa titular UNIPAS - União de Pastores de Balneário Camboriú, Otávio José Zini Vieira titular Amigos e Tribos, Nádia Roberta Correia suplente Associação de Moradores do Bairro da Barra, Sara Roberta Soares suplente UNIBAC - União das Associações dos Moradores de Balneário Camboriú e Leise Leite titular Associação de Moradores Amigos do Bairro Taquaras.

Presidente Dênis inicia a reunião. Conselheiro Otávio questiona o envio do relatório do DIGISUS. Após informação de que a atual presidência está sem acesso ao sistema, o conselheiro orienta a forma de se obter, para que possa ter acesso ao documento. Presidente Dênis informa que solicitará, via ofício, os dados necessários e questionará o motivo de eles não terem sido enviados à nova mesa diretora. Conselheiro Marcelo pergunta sobre a publicação do decreto com a nomeação dos novos conselheiros. Conselheiro Otávio informa que a reunião não está sendo transmitida ao vivo pelo Youtube, conforme regimento. Para primeira pauta do dia, o COMUS tem a análise do PL 75/2024, do vereador Eduardo Zanatta. Presidente Dênis sugere convidar profissionais da Vigilância Epidemiológica para auxiliar nesse debate. Conselheiro Marcelo faz as suas considerações a respeito do tema. Conselheiro Otávio lembra que as crianças que não estão em dia com as vacinas do calendário perdem a matrícula escolar. Inicia-se um debate entre o direito à educação escolar diante da ausência de vacinas presentes no PNI. Conselheiro Otávio fala sobre a responsabilidade pela vacinação, erradicação de doenças através das vacinas e opinião x ciência. Conselheiro Marcelo concorda com a importância da vacinação mas se põe contra procedimentos ditatoriais. Presidente Dênis diz que o debate não é sobre se deve haver vacinação ou não, mas sobre a criança perder o direito de frequentar a escola e se o ambiente escolar é o local adequado para a vacinação.

Diretora Adriana entra na reunião e elucida o trabalho da Vigilância Epidemiológica no município. Conselheiro Marcelo pergunta sobre a visita da equipe de saúde nas escolas. Diretora Adriana esclarece que os profissionais vão até a unidade escolar vistoriar as carteirinhas de vacinação dos alunos e orientar os pais em caso de necessidade. Presidente Dênis solicita abertura de votação para os conselheiros. Conselheiro Otávio lembra que a Câmara de Vereadores pede um parecer do COMUS sobre o PL, por exemplo se há sugestões de modificação na aplicação do projeto, e não uma votação. Presidente Dênis sugere a criação de uma comissão para elaboração do parecer. Conselheira Nádia fala sobre o direito à educação diante da obrigatoriedade da vacina e da inapropriação do local da escola para vacinação. Conselheiro Otávio concorda com a fala em relação à inadequação do ambiente escolar para vacinação e também da questão de aplicação de medicações por profissionais da educação. Ele questiona se o Programa de Saúde na Família (PSF) está verificando se as crianças estão com a vacinação em dia. Diretora Adriana informa que essa averiguação está sendo feita e que o Programa de Saúde na Escola (PSE) já está acontecendo. Conselheiro Otávio parabeniza a equipe da Vigilância Epidemiológica e questiona se o parecer vai ser elaborado por uma nova comissão a ser definida ou por alguma permanente já existente. A Secretária de Saúde Aline Leal entra na reunião e sugere convidar o vereador Eduardo Zanatta para falar do PL ao conselho. Presidente Dênis agradece à excelente discussão sobre o tema. Conselheiro Otávio propõe o agendamento de um horário na Câmara de Vereadores com os vereadores, para que eles possam conhecer a estrutura da Saúde no município, pois a maioria desconhece o trabalho desenvolvido. A pauta seguinte é o Fórum 2025. Fica decidido que a comissão será formada após publicação do edital. Conselheiro Otávio questiona se foi feito o parecer do Projeto de Lei Ordinária N.º 43/2024, que institui a Política de Atenção Integral às pessoas com Doença de Parkinson e outros Parkinsonismos. Conselheiro Otávio solicita registro em ata da decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que diz que a vacinação contra Covid-19 é obrigatória em crianças e adolescentes e que a recusa pode ser considerada negligência parental passível de sanção e que cita como exemplo a punição imposta a uma família, no valor de 3 salários mínimos, que se recusou a vacinar a filha de 11 anos em 2022. A reunião é encerrada e eu, Isabela Evangelista de Souza, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

Link para a reunião na íntegra: <https://youtu.be/Q2kYOKzTEeQ?si=iEBu1KKI2gr2rj-l>